



O MOMENTO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS EM PONTA PORÃ E SUA RELAÇÃO COM A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Helena Ricardo

José Paulo dos Santos Rosas de Castro

Rita de Fátima da Silva Rosas de Castro

RESUMO

A educação inclusiva constituiu-se num paradigma educacional sobre a concepção dos direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como dois valores indissociáveis. Esta educação avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar a história da exclusão dentro e fora da escola. A partir desta perspectiva organizou-se o estudo aqui apresentado. Este organizou-se metodologicamente por meio de uma pesquisa bibliográfica, onde se buscou elaborar um recorte sobre a história da educação e da educação especial no Brasil. Fizemos também uma pesquisa documental nos registros históricos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Ponta Porã, objetivando identificar o momento temporal de criação desta instituição. Identificou-se que a criação desta instituição pretendeu atender às necessidades educativas especiais de pessoas em condição de deficiência da região, assistindo a uma grande área de assentamentos, zonas rurais e urbanas. Enquanto tecido vivo, esta instituição, espelha a complexidade das relações humanas, em especial a problemática da pessoa com necessidades especiais, e ainda, uma lenta e progressiva forma de transformação na maneira de ver e entender o seu público direto.

Palavras-chave: Educação Especial. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Inclusão.

ABSTRACT

Inclusive education it's an educational paradigm, on the conception of human rights, which combines equality and difference as two inseparable values. This education advances in relation to the idea of formal equity by contextualizing the history of exclusion inside and outside school. From this perspective, we organized the study presented here. This was methodologically elaborated through a bibliographic research, , where we sought to elaborate a history clipping on education and special education, in Brazil. We also did a documentary research in the historical records of the Parents and Friends of The Exceptionals Association in Ponta Porã municipality, aiming to identify the temporal moment of this institution creation. It was identified that the creation of the Parents and Friends of The Exceptionals Association intended to meet the special educational needs of disabled people, of the region, watching a large area of settlements, rural and urban areas. As a living fabric, this institution mirrors the complexity of human relations, especially the problem of the person with special needs, and also a slow and progressive form of transformation in the way of seeing and understanding its direct public.

Keywords: Special Education. Parents and Friends of The Exceptionals Association. Inclusion.





1 INTRODUÇÃO

A temática principal deste artigo é o momento histórico da criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) em Ponta Porã e a sua relação com a história educacional nacional. Visamos compreender a história da educação e entender o momento em que se percebeu a necessidade de criar uma instituição de apoio à Pessoa em Condição de Deficiência (PCD). Fizemos um estudo bibliográfico focado na história da educação e na educação especial brasileira e uma pesquisa exploratória e documental de campo para identificar registros da criação da APAE no município de Ponta Porã.

O nosso objetivo principal foi identificar os marcos históricos da Educação Especial e da criação da APAE. Os objetivos específicos foram enumerados da seguinte forma: recortar historicamente educação especial no Brasil; fazer o levantamento histórico da criação da APAE no Brasil e em Ponta Porã; coletar dados para identificar a estrutura, a filosofia e a didática da APAE de Ponta Porã e comparar os pressupostos desta instituição, desde o momento de sua criação até os dias de hoje.

A justificativa desse estudo dividiu-se em três dimensões. A dimensão pessoal, manifestada nas inquietações das vivências do Grupo de Estudo e Pesquisa em Acessibilidade e Laboratório de Acessibilidade (GEPA LABAC) que discute a educação e a inclusão da PCD. A dimensão sócio moral, onde destacamos a valorização da PCD como um aspecto extremamente importante para a plena integração destes indivíduos na comunidade. Esta abordagem interacionista promove um maior comprometimento entre as instituições educacionais e a sociedade, estimulando uma ética mais uníssona com os interesses das comunidades. Quanto à dimensão científica, entendemos que, na educação especial, é fundamental conhecer as filosofias interventoras estabelecidas nas instituições de acolhimento a este público carente de empoderamento social. Neste cenário peculiar, no município de Ponta Porã, onde a fronteira seca entrelaça as diversas culturas, os processos educacionais criam fenômenos carentes de uma maior análise científica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Recorte da história da educação do Brasil





O desembarque da Companhia de Jesus, entre os anos 1549 e 1759, durante o processo de expansão e colonização portuguesa, trouxe consigo o que poderemos entender como a aurora dos modelos educacionais escolares europeus na América do Sul, ainda que exclusivamente ligados ao contexto monástico da Igreja. Seguiu-se o Período Pombalino entre 1760 e 1808, o Período Joanino entre 1808 e 1821 e o Período Imperial entre 1822 e 1889. A República em 1889, a Segunda República entre 1930 e 1936, o Estado Novo entre 1937 e 1945, a República Nova entre 1946 e 1963, o Regime Militar entre 1964 e 1985 e a Nova República compreendida entre 1986 e 2003 (Silva e Araújo, 2012).

Saviani (2005) destaca três momentos da política educacional no Brasil: o primeiro momento, compreendido entre 1890 e 1931, que corresponde ao protagonismo dos Estados na tarefa de propiciar a oferta de escolas primárias, ficando a União encarregada de regular, o ensino secundário e superior; o segundo momento vai até 1961, onde se procura estabelecer um ensino integrando em todo o país e o terceiro momento pode ser sinalizado entre 1960 e 2001 e corresponde à regulamentação do ensino tendo como base um princípio pedagógica produtivista.

Segundo Silva e Araújo (2012, p. 80-81) é “[. . .] a partir de 1930, início da Era Vargas, que surgem as reformas educacionais mais importantes. A primeira Lei de Diretrizes e Bases é promulgada em 1946, o que provoca vários debates sobre do tema”.

Aranha (1994, p. 198) destaca a importância da contribuição do filósofo Anísio Teixeira, que de “[. . .] uma viagem aos EUA, retorna animado com as propostas inovadoras de Dewey, a ponto de se tornar responsável pela influência das ideias pragmatistas no Brasil”. A autora cita também Fernando de Azevedo, sociólogo, tido como influenciador das ideias de Durkheim. Ao lado de Anísio Teixeira e Lourenço Filho, Fernando de Azevedo participou dos movimentos de reforma do ensino e juntos lideraram a elaboração dos documentos de 1932 e posteriormente a dos de 1959, em favor da instituição da escola pública.

Saviani (2005) evidencia o Manifesto dos Pioneiros da Educação. O Manifesto focaria numa política educativa em defesa da Escola Nova e na legitimação da causa da educação pública. Estas diretrizes influenciariam o texto sobre educação na Constituição Brasileira de 1934. A Constituição de 1934 declara a educação como direito de todos, devendo esta ser ministrada pela família e pelos poderes públicos. De acordo com Shiroma, Moraes e Evangelista (2004) alcançava-se a aprovação da proposta do ensino primário público,





obrigatório, gratuito e universal, da competência da União, do Conselho Nacional de Educação, garantindo-se assim os recursos para o sistema educativo.

Em 1937, no Estado Novo, é aprovada uma nova carta constitucional, com a contribuição do Ministro Gustavo Capanema. Acontece a reforma das Leis Orgânicas de Ensino, valorizando-se o viés profissionalizante da educação pública. Silva e Araújo (2012) explicam como se organizou a educação pública nesse momento histórico. O ensino ficou composto, nesse período, por cinco anos de curso primário, quatro de curso ginásial e três de colegial, podendo ser no modelo clássico ou científico. O ensino colegial perdeu o seu caráter propedêutico, de preparatório para o ensino superior, e ganhou um conteúdo generalista. Apesar dessa divisão no ensino secundário e científico, a predominância recaiu sobre o modelo científico tecnicista.

Na República Nova, entre 1946 e 1963, acontece o mais significativo momento da História da Educação no Brasil. Anísio Teixeira funda o Centro Popular de Educação e o educador Lauro de Oliveira Lima começa uma didática com embasamento nos estudos de Jean Piaget. Em meados de 1962, Paulo Freire desenvolve a Alfabetização em quarenta horas com o intuito de alfabetizar grande parte da população, até então analfabeta. Nesse mesmo ano é criado junto com o Conselho Federal de Educação, o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, pelo Ministério da Educação e Cultura, inspirado no método de Paulo Freire (Ibid.,2012).

Em 1964, o golpe militar destituiu o estado de direito. É nesse período que surge a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Silva e Araújo (2012) apontam um quadro educacional dramático nesse momento histórico do Brasil. Mais de metade das crianças repetiam ou eram excluídas ao longo da primeira série do primeiro grau; trinta por cento da população era composta por analfabetos, vinte e três por cento dos professores eram leigos e mais de trinta por cento das crianças estavam fora da escola.

Oito milhões de crianças do primeiro grau tinham mais de quatorze anos e mais de sessenta por cento das matrículas concentravam-se nas três primeiras séries que reuniam mais de setenta por cento das reprovações. É importante lembrar que sessenta por cento da população brasileira vivia abaixo da linha de pobreza.

Shiroma, Moraes e Evangelista (2004) indicam que no fim do Regime Militar, em 1985, a substituição do general Figueiredo por José Sarney, gera novos movimentos positivos





à educação escolar pública. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1987, pretendia oferecer aos mais pobres a oportunidade de acesso à educação escolar, contudo, segundo Aranha (1994), dos 500 Centros Integrados de Educação Pública previstos, somente 117 funcionaram no atendimento ao alunado estadual e municipal. Estes poucos centros não conseguiam atender a porcentagem mínima de vinte por cento, acordada legalmente.

Segundo Saviani (2005), persistia a exigência de mudar inteiramente a estrutura da educação nacional. A oportunidade surgiria na Constituição Federal de 1988. Aranha (1994) destaca alguns acordos importantes desta nova Carta Constitucional. A gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, a extensão do ensino obrigatório e gratuito, progressivamente do ensino fundamental ao ensino médio, o atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos, o acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo, a valorização dos profissionais do ensino, com planos de carreira para magistério público, a autonomia universitária, a aplicação anual na educação da receita resultante de impostos, os recursos públicos destinados às escolas públicas podem ser destinados a escolas comunitárias ou filantrópicas desde que se comprove a finalidade não lucrativa, o plano nacional de educação visando articulação e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis.

Foi a partir da Conferência de Jomtien, em 1990, organizada na Tailândia pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância que foi aprovada a Declaração Mundial de Educação para Todos. Este documento estabeleceu as diretrizes para os planos decenais da educação. O Brasil organizou alguns debates, com a coordenação do Ministério da Educação e Cultura (MEC), em decorrência dessa declaração mundial.

No final de 1995, o MEC alinha-se com as Nações Unidas e empenha-se em construir os primeiros Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Foi um momento primordial para o magistério desenvolver mais competência nas suas tarefas, estimulando uma nova geração de profissionais, habilitados a problematizar a realidade brasileira e oferecer um ensino de mais qualidade.

A proposta da escola para todos, universal e gratuita, democrática e de qualidade, confrontou-se assim com a necessidade emergente de uma nova educação escolar mais direcionada a atender os trabalhadores e uma nova classe média emergente. Uma transformação educacional mais humanizada e o respeito à liberdade autônoma democrática





eram então as mudanças qualitativas consideradas imprescindíveis à competitividade surgida na industrialização deste novo mundo globalizado.

2.2 Recorte histórico da educação especial no Brasil

A história brasileira da educação especial foi marcada por momentos que ocorreram em eras diferentes. Podemos compreender uma primeira era em que o continente Sul Americano era povoado apenas pelos seus povos aborígenes, em que os indivíduos em condição de deficiência eram abandonados ou eliminados, sendo considerados descartáveis e imperfeitos. O infanticídio de seres humanos que apresentavam condições de deficiência no momento do nascimento era prática e hábito regular nas comunidades indígenas sul americanas. Silva; Seabra Júnior e Araújo (2008) indicam que os primeiros registros encontrados sobre a PCD são do início do processo colonizador português no Brasil. Entre os indígenas sul-americanos não se encontravam pessoas em condição de deficiência. As crianças nascidas nas comunidades aborígenes, portadoras de algum tipo de deficiência, eram sacrificadas logo após o nascimento, seguindo os costumes tribais.

Uma segunda era iniciou-se com a chegada das civilizações europeias ao continente sul americano. Foi durante a epopeia das primeiras grandes navegações marítimas do século XVI que se iniciou a era da colonização ibérica da América do Sul. Com a chegada de um novo modelo sócio moral advindo da cultura portuguesa, em especial nos moldes da Companhia de Jesus, uma nova interpretação do indivíduo em condição de deficiência se iria criar na América do Sul.

Um novo humanismo, trazido pela colonização, traria consigo uma nova interpretação ética ao olhar sobre o mundo das pessoas em condição de deficiência no território sul americano que viria a se constituir o Brasil. Já era possível identificar algumas pessoas em condição de deficiência entre os membros da sociedade. Deficiências estas geralmente decorrentes da carência alimentar, dos maus tratos, dos acidentes de trabalho ou da mutilação no caso de escravos.

No período imperial, após a independência do Brasil, o rei D. Pedro, criou diversas instituições especiais, destacando-se a criação em 1854 do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1847 o Hospital Juliano Moreira, no estado da Bahia e o Instituto dos Surdos-mudos em 1887. Também foram criados, o Asilo dos Inválidos da Pátria e a Escola México no Rio de Janeiro, com atendimento a pessoas em condição de deficiência física e intelectual.





Apesar da iniciativa, o atendimento ao público em condição de deficiência era precário e ainda não atendia as principais demandas da população. Mazzotta (1995) afirma que as condições de deficiência não eram ainda compreendidas. A discriminação e a segregação de quem manifestava uma condição de deficiência ainda eram comportamentos considerados comuns.

Os moldes da Igreja cristã ainda pregavam a perfeição do ser humano, criado e visto à imagem e semelhança da divindade, determinando-se assim que a condição de deficiência como uma imperfeição e um castigo. As pessoas consideradas imperfeitas eram alienadas como incapazes, impuros e por vezes retratados como seres sem conexão ao divino. A PCD era retirada de sua comunidade de origem, de sua família e segregada para o isolamento em instituições residenciais ou escolas especiais.

Uma terceira era pode ser compreendida entre o século XVII e o século XX, quando as PCD passaram a ser institucionalizadas e isoladas em instituições residenciais especiais. Mazzotta (1995) registra que até o século XVIII, as noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas ao misticismo e ao ocultismo. É especialmente no século XX, quando se desenvolvem as escolas e as classes educacionais especiais incorporadas às instituições públicas, que se inicia o processo de integração das pessoas em condição de deficiência no sistema de ensino regular público.

Só a partir da segunda metade do século XX e no início do século XXI, na era atual, é que o paradigma da segregação da PCD começou a ser reexaminado. Em 1930, nos movimentos do ideário da Escola Nova, difundiu-se a disciplina da Psicologia na educação, incorporando o uso dos testes de inteligência para identificar a condição de deficiência intelectual.

Mazzotta (1995) afirma que a inclusão da educação especial na política educacional brasileira ocorre somente no final dos anos 50 e início dos anos 60. Mantoan (2015) mostra-nos que a Constituição Federal de 1988 apresenta-se como um grande avanço na educação especial. Este documento auxilia a educação escolar da PCD e define como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana¹. Afirma-se ainda que, na defesa dos direitos das pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NEE), é fundamental a promoção do bem-estar de todos, sem discriminação de origem, raça, sexo, cor idade ou qualquer que seja sua forma ou característica.

¹ Artigo 1.o, inciso II e III





O artigo 205º da Constituição Federal identifica o direito de todos à educação, incorporando a responsabilidade do desenvolvimento da pessoa para a cidadania e para a devida qualificação profissional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), no seu artigo 58º afirma que a educação especial, é a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

A compreensão dos valores morais que incorporam a condição de deficiência como um fenômeno que deve ser eticamente abordado, faz parte da construção do processo civilizatório que nos fez inferir a singularidade humana que nos constitui neste século XXI. Unir a dualidade do corpo e da mente numa abordagem que compreenda a equalização das oportunidades dadas às diferenças que o ser humano apresenta na sua individualidade, é o principal desafio deste momento histórico atual. É nesta importante tarefa acadêmica que encontramos o nosso papel de educadores e pesquisadores como necessária e primordial.

2.3 O surgimento da APAE no Brasil

A Associação de Pais e Amigos do Excepcional nasceu a partir das necessidades de atendimento especializado e da inclusão das PCD na comunidade, diante da ineficiência do Estado em promover políticas públicas nesse sentido. A função da APAE seria perpassar o conceito da inclusão, promovendo o desenvolvimento da integração social e a conquista da autonomia da PCD, tais como, o direito à cidadania, o direito à educação, o direito ao treinamento profissional, o direito à arte, ao esporte, à saúde, ao lazer, ao acesso às tecnologias e à comunicação alternativa.

[...] No dia 11 de dezembro de 1954, foi fundada, na cidade do Rio de Janeiro, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Dentre seus fundadores, conforme artigo publicado na revista Mensagem da APAE, ano 6, n. 16, estavam os seguintes nomes: Ercília Braga Carvalho, Acyr Guimarães Fonseca, Henry Hoyer, Armando Lameira Filho, Juraci Lameira e Alda Neves da Rocha Maia. Juntamente com outros pais interessados, este grupo teve o apoio, estímulo e orientação do casal norte-americano Beatrice e George Bemis, membros da National Association for Retarded Children (NARC) organização fundada em 1950 nos Estados Unidos. Uma vez criada, a APAE do Rio de Janeiro teve como seu primeiro presidente o Almirante Henry Broadbent Hoyer. Com o apoio do governo Federal, através do Presidente Castelo Branco, Foi adquirido um prédio, com boa área de terreno, á Rua Bom Pastor, onde se encontra a sede da APAE (MAZZOTTA, 1995, p. 49).





Percebe-se uma mudança no atendimento educacional com a criação da APAE no Brasil. Os poderes Executivo e Legislativo foram estimulados a elaborar leis mais focadas na resolução dos problemas das PCD. Segundo Mazzotta (1995), no período de 1957 a 1993, o atendimento educacional foi explicitamente assumido pelo Governo Federal. A Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro² foi criada, entre outras, para atender essa nova demanda social.

A organização da APAE conta hoje com a Federação Nacional de Pais e Amigos do Excepcional (FENAPAES), uma organização social sem fins lucrativos, reconhecida como utilidade Pública Federal e certificada como beneficente de assistência social, de caráter cultural, assistencial e educacional. Congrega mais de duas mil APAE filadas e outras entidades congêneres, que compõem a Rede Apaeano no Brasil. A FENAPAES promove e articula ações de defesa dos direitos das PCD e representa o movimento Apaeano perante os organismos nacionais e internacionais. A FENAPAES promove educação à pessoa em condição de deficiência nas áreas da arte, na educação física, no esporte e no lazer.

3 O CAMINHO METODOLÓGICO

Este estudo está ligado à pesquisa de Pós-Doutoramento denominada "O multiculturalismo da formação do professor - *El multiculturalismo en la formacion del profesorado*", sob o IRB00003099 e foi aprovado pela *Comisión de Bioética de la Universidad de Barcelona*.

A pesquisa desenvolveu-se através de estudos bibliográficos e documentais com especial destaque na Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), na Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 2003) e no Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), bem como numa pesquisa de campo com questionários para os profissionais da APAE do município de Ponta Porã.

Para a coleta de dados fizemos uma pesquisa de campo, com análise documental e elaboramos um questionário estruturado. O objetivo foi identificar o momento e os moldes da criação e do desenvolvimento da APAE na cidade de Ponta Porã. Comparamos os dados identificados pelos questionários com os registros analisados nos documentos da instituição, bem como revisamos a literatura selecionada. Para Marconi e Lakatos (2003), a coleta de

² Decreto Federal n.º 42.728, de 3 de dezembro de 1957





dados pode ser efetuada tanto com uma pesquisa bibliográfica documental tanto quanto com contatos diretos com os atores interventores no fenômeno a ser pesquisado.

3.1 Apresentação e discussão dos dados: a criação da APAE de Ponta Porã

A APAE de Ponta Porã surgiu dentro desse contexto nacional de mudança na interpretação e discussão das diferenças e das igualdades sociais da década de 80, presente tanto nas políticas públicas quanto nos movimentos da sociedade civil. A criação de uma instituição que atendesse às necessidades especiais das pessoas em condição de deficiência começou a fazer parte das inquietações da comunidade civil do município de Ponta Porã.

Com o avanço dos conhecimentos das áreas médica, psiquiátricas e psicológicas, surgiram novas interpretações sobre as habilidades, competências e potencialidades da população em condição de deficiência. Assim, algumas pessoas com interesses relacionados à melhoria das condições de vida da PCD, iniciaram um processo de implantação de uma instituição municipal que hoje compreende a APAE e o CEDEPP em sua estrutura.

Nos registros documentais do ano de 1981, constam, nos autos das atas, as primeiras reuniões para a idealização do atendimento aos usuários com necessidades especiais no município de Ponta Porã. O objetivo principal seria atender, nas suas necessidades especiais, as crianças em condição de deficiência, moradoras no município. A orientação educativa seria feita por um psicólogo.

Foi convocada uma reunião com a comunidade no dia 16 de março, para a criação da APAE. Esse grupo foi composto pelo psicólogo Roberto Ribeiro de Andrade, pelo Vice Presidente Wilson Dias de Pinho, pela Secretária Geral Crisális Fonseca Araújo, pelo Primeiro Secretário João Portela Freire, pelo Primeiro Tesoureiro Azamir Willian Lupoli e pelo Segundo Tesoureiro Alfredo Cândido Santos Ferreira. Foi criada a Comissão Especial, com a finalidade de arrecadar recursos, composta por Lélia Cogo, por Orozimbo Silva Neto e por Juana Maria Rojas Silva. Foi criada a Comissão Especial para a Elaboração dos Estatutos, composta por Ricardo Brandão e por Heliana Ferreira. Foi criada a Comissão de Divulgação, composta por Zilda Matos Ancel, por Nilda Ângela Guedes e pelo padre Pedro Kemmy. Foi criada também, a Comissão de Instalação cuja composição não identificamos.

Nos registros do ano de 1983, encontramos o momento em que uma nova direção assume a instituição. Um grupo de voluntários assume tendo como Presidente, Zilda Mattos Ancel, como Vice-Presidente, Roberto Ribeiro de Andrade, como Secretária Geral, Antonia





Icassati da Silva, como Primeira Secretária, Maria Elizabeth Machado da Costa, como Primeiro Tesoureiro, Pedro de Souza Lima e como Segundo Tesoureiro Ramão Miltes Paes.

Após a eleição de 1983, a APAE revigora-se, através do esforço conjunto de seus membros. Com a ampliação dos recursos financeiros de apoio privado, obtidos através de uma nova organização, a escola do CEDEPP é edificada em menos de três meses, permitindo festejar o terceiro aniversário, sob teto próprio e incorpora um novo modelo que atendesse também às NEE para além de um atendimento meramente assistencialista.

Nos registros do ano de 1985, encontramos a composição de uma nova diretoria durante o mês de setembro. Dava-se continuidade aos objetivos iniciais da APAE e com a documentação organizada a entidade poderia agora solicitar os primeiros apoios financeiros advindos de verbas públicas e promoveu a instalação a sua oficina pedagógica no dia 20 de agosto.

Nos registros do ano de 1986 identificamos o momento em que a Direção do CEDEPP requisitou ao Conselho Estadual de Educação (CEE) a autorização para o funcionamento da Educação Especial, da Estimulação Precoce, da Educação Pré-Escolar Especial e a Oficina Pedagógica. Informa o documento que o CEDEPP funcionava em prédio próprio, com seis salas de aula, com duas salas de administração, com uma sala para orientação pedagógica, uma sala para atendimento psicológico, uma sala para atendimento médico, uma sala para fisioterapia, banheiros, sanitários e lavatórios, uma oficina pedagógica, uma quadra de areia com playground e uma área para a educação física.

O ofício n. 66/APAE, do mesmo ano, informa que o CEDEPP teria a capacidade para atender 120 alunos. O documento foi assinado pela então diretora, Zilda Mattos Ancel e descreve o público a ser atendido, como sendo os “[...] deficientes mentais, educáveis e treináveis” e os “[...] deficientes múltiplos e portadores de problemas de conduta”. Define a característica do ensino a ser ministrado como “[...] Estimulação Precoce, Pré-escolar especial, Primeiro Grau Especial, Oficina Pedagógica e Ensino Itinerante”.

Nos registros do ano de 1987 foram encontrados os dados da eleição de uma nova Diretoria, tendo sido ela composta por um Presidente, Roberto Ribeiro de Andrade, pela Vice-Presidente, Nailde do Espírito Santo, pela Secretária geral, Elizabeth Vieira Ortiz; pela Primeira Secretária, Maria Carmem do Rego, pela Segunda Secretária, Elizabeth Guedes, pelo Primeiro Tesoureiro, Licilio Roque Azambuja e pelo Segundo Tesoureiro, Pedro Souza Lima.





O ano de 1988 traz junto com a nova Carta Constitucional Brasileira, um novo olhar sobre as pessoas em condição de deficiência e sobre o processo de inclusão deste público nas escolas do ensino regular público e privado. A plena integração destes indivíduos na comunidade e o respeito pelos seus direitos tanto educacionais como sociais, agora garantidos constitucionalmente e pelas diversas leis que surgiram nesta decorrência, estimularam a APAE de Ponta Porã a reestruturar os seus modelos de atendimento educacional e acolhimento terapêutico.

Nos registros do ano de 1988, encontramos o Livro Verde, que no seu artigo 45º, informa que a escola especial adotaria o regime anual, considerando o período letivo como aquele em que se realiza o processo pedagógico e as demais atividades escolares. No mesmo documento, o artigo 46º indica que o calendário escolar será elaborado pela direção da escola, ouvidos os técnicos e em conformidade com disposições legais. O artigo 47º, do mesmo documento, expressa que a escola, entre os períodos letivos regulares, funcionaria para proporcionar, para além de outras atividades, o atendimento terapêutico. O artigo 48º informa que a matrícula é a vinculação do aluno à escola e é feita após uma triagem inicial, realizada pelo corpo técnico da entidade, onde seja constatada a condição de deficiência do aluno. Quanto à organização das avaliações das classes, diz o artigo 50º que as classes se organizam por grupos de alunos com necessidades e características semelhantes, após uma avaliação diagnóstica das NEE.

Encontramos uma deliberação do CEE, sob o n.º 1949, datada de 08 de julho de 1988, em que se manifesta o parecer favorável ao funcionamento da educação especial na APAE do município de Ponta Porã. Este documento, no seu artigo 1º, autoriza o funcionamento da educação especial em Estimulação Precoce, Pré-Escolar Especial e a Oficina Pedagógica, no CDPP.

Nos Registros do ano de 2003 encontramos no processo n.º 29/082963, datado de 19 de novembro, em que o Estatuto Social da APAE, no seu artigo 1º, autoriza a citação pública da APAE de Ponta Porã do Estado de Mato Grosso Do Sul. Este documento institui a organização como uma sociedade civil de caráter assistencial, sem fins lucrativos e com duração indeterminada, com os propósitos de promover medidas de âmbito municipal e regional que visem assegurar os ajustamentos e o bem-estar dos excepcionais, onde quer que estes se encontrem.





Este documento institui também a responsabilidade de se manter e administrar o CEDEPP e de estimular os estudos e as pesquisas relacionadas aos problemas dos excepcionais. Tem um parágrafo único que institui que o termo excepcional será interpretado da maneira a incluir as crianças, adolescentes e adultos que se desviem acentuadamente do nível dos indivíduos normais em relação a uma ou várias características emocionais, mentais, físicas, sociais ou qualquer combinação dessas, de forma a criar um problema especial com referência à educação, desenvolvimento ou ajuste ao meio social.

No artigo 2º deste documento, a APAE de Ponta Porã propõe, para a consecução de seus objetivos, diretrizes de cooperação com as instituições públicas e particulares com empenho na educação dos excepcionais e incentiva a disseminação das mesmas ou a criação destas. Também propõe que a comunidade conheça melhor o problema dos excepcionais, cooperando com entidades interessadas nos mesmos problemas, incentivando a criação e o aperfeiçoamento de classes especiais em graus primários e secundários, promovendo o entendimento e a parceria com a indústria local, com o comércio, a agricultura, a pecuária, contribuindo assim para a criação de oportunidades de trabalho e lazer para os excepcionais.

Este documento promove também o desenvolvimento de uma cultura especializada e o treinamento de pessoal destinado a trabalhar no campo da educação especial, assim como a promoção da constituição de um fundo financeiro de auxílio as obras de assistência aos Excepcionais. Promove a criação de uma agência de empregos para a PCD e institui um centro de divulgação para reunir e disseminar informações referentes aos excepcionais, organizando um cadastro das instituições nacionais e estrangeiras de educação especial, visando facilitar o intercâmbio com associações congêneres no país e no estrangeiro e designar representantes para congresso. Este documento promove também a publicação de um boletim informativo sobre os trabalhos realizados pela APAE, estimulando junto ao poder público, a obtenção de medidas legislativas, visando os interesses do excepcional, inclusive a curadoria.

Nos registros do ano de 2011 está documentado o Regimento Escolar, na ata de do CEDEPP, datado de 18 de março. Na seção Das Finalidades, no seu artigo 2º, atendendo ao dispositivo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Especial, a instituição declara o objetivo e a finalidade de prestar atendimento educacional especializado a portadores de deficiência intelectual, deficiência múltipla, distúrbio de comportamento, atraso no desenvolvimento neuro-psicomotor e aos portadores de síndromes.





O artigo 3º desse mesmo regimento, informa que os princípios da liberdade, da solidariedade e da promoção humana como os valores regimentais da Educação Especial. Declara a filosofia que norteia a ação educativa do movimento Apaeano como sendo a oferta, ao aluno com NEE, das condições adequadas para o desenvolvimento total do seu potencial, proporcionando a sua inclusão no meio social. Assim como a oferta de formas alternativas de educação escolar, com currículos adaptados e funcionais, visando o desenvolvimento integral do indivíduo com deficiência múltipla e/ou intelectual, garantindo o acesso, a permanência e o sucesso na escola, envolvendo a família no processo educativo, prestando-lhe apoio e orientação em relação aos cuidados e atendimento específicos.

Nos registros do ano de 2012, no Regimento Escolar, na Ata nº 42 datada de 30 de maio, identificamos o artigo 57º que informa que a comunidade escolar é constituída pela Direção, pela equipe Pedagógica, pela equipe Administrativa e pelos alunos regularmente matriculados no CEDEPP.

O artigo 85º informa que o corpo discente será constituído por todos os alunos com necessidades especiais, deficiência e transtornos globais de desenvolvimento. No artigo 86º, sobre os Direitos, informa que, além daqueles que lhes são outorgados pela legislação pertinente, constituirão direitos dos alunos, utilizar os serviços e dependências do CEDEPP dentro das normas fixadas pela administração e receber proteção contra atos que possam suscitar segregação e discriminação tanto no CEDEPP quanto na comunidade local.

O artigo 86º informa as competências dos professores, tais como compreender as NEE dos alunos e elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta Pedagógica do CEDEPP, assim como atuar conjuntamente com a coordenação pedagógica, na avaliação e identificação das NEE, bem como a adoção de estratégias de flexibilização da ação pedagógica a ser desenvolvida.

O CEDEPP está localizado atualmente na Rua Baltazar Saldanha, n.º 100, Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul. É uma entidade filantrópica mantida pela APAE, com o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica 22 sob o n.º 03889086/0001-43. Está registrado como Órgão de Utilidade Pública Municipal, sob a Lei n.º 2.205 de 26 de maio de 1981. Está registrado como Órgão de Utilidade Pública Estadual sob a Lei n.º 249 de 01 de julho de 1981. Está registrado no Conselho Nacional e Serviço Social, em 09 de abril de 1996 no processo nº 28983.000711/93-96. Registrado na FENAPAES, sob o n.º 414. Registrado como





Órgão de Utilidade Pública Federal sob o nº 211 de 05 de Novembro de 1993. Registrado no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente sob n.º 02.

A filosofia de atendimento da APAE de Ponta Porã foi reconhecida como “Identificar, Refletir e Pesquisar”. A instituição disponibiliza atividades como a Alfabetização e Letramento, a Arte, a Educação Física, as Ciências, a História, a Geografia, a Natação, assim como alguns conceitos básicos da disciplina de Matemática.

As avaliações diagnósticas das NEE são individualizadas e feitas por uma equipe multidisciplinar ou por órgãos afins, de acordo com as especificidades de cada um. A frequência e permanência do aluno na entidade é determinada de acordo com a lei vigente ou por determinação médica. A inclusão do aluno no ensino da escola regular acontece após uma análise das habilidades e competências quanto ao desenvolvimento intelectual e à aprendizagem. Aqueles que apresentam potencialidade de evolução, tanto nas relações sociais quanto nos processos de aprendizagem escolar, são estimulados à inclusão na sala de aula regular.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa foi possível abordar a problemática do momento histórico da criação da APAE de Ponta Porã, cujo objetivo foi identificar no atender às pessoas em condição de deficiência ou com necessidades educativas especiais. Sem dúvida, um objetivo fortemente influenciado pela aprovação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, documentos que promovem a inclusão da educação especial nos espaços de atendimento educacional, tanto públicos como privados.

Apesar de ser possível identificar movimentos de avanço na efetiva aplicação das determinações legais quanto aos direitos das pessoas em condição de deficiência, ainda se identificam enormes carências na necessária equalização das oportunidades de integração social e profissional deste público especial. Estes frágeis avanços têm se demonstrados demasiado lentos, e no município de Ponta Porã se manifestam principalmente através de movimentos da sociedade civil, em especial com o apoio da APAE.

Ficou evidente nesta nossa pesquisa, que foi a partir das políticas públicas direcionadas, que a sociedade civil teve a possibilidade de melhorar a integração das pessoas com algum tipo de condição de deficiência ou NEE nas atividades do cotidiano comunitário. Os dados observados evidenciam a crescente participação da APAE na educação escolar,





principalmente na educação infantil, sobretudo nos processos iniciais de alfabetização e letramento, e nos processos de atendimento terapêutico e assistencialista da PCD.

Os registros documentais da instituição demonstraram uma história inicial onde a metodologia de trabalho da APAE no município de Ponta Porã era voltada mais para os moldes assistencialistas, não incorporando a educação como o seu objetivo principal. Nesse momento, o cuidar das necessidades médicas e terapêuticas básicas e o contato social eram os principais focos da instituição. Já as pesquisas mais atuais evidenciam uma metodologia alterada para uma intervenção mais precoce, especialmente focada no eixo do educar e não só no cuidar.

Percebe-se ainda que não se superou plenamente o modelo clínico de atender a pessoa em condição de deficiência identificada como uma pessoa doente, inválida e com inabilidades sociais. Talvez este seja um fruto da construção inicial da instituição que atendia com forte aporte terapêutico e ou médico. O próprio termo *usuário*, presente regularmente nos documentos analisados, usado como a principal descrição da PCD, evidencia este resquício conceitual dos primeiros atendimentos majoritariamente médicos. Certamente existe um processo de mudança, mas ainda se manifestam importantes reflexões neste processo de evolução.

A educação inclusiva constituiu-se num paradigma educacional que deve conjugar a igualdade e a diferença como dois valores indissociáveis. Avançamos em relação à ideia da equidade ao contextualizar a história da inclusão das pessoas em condição de deficiência dentro e fora dos ambientes educacionais.

Compreendemos neste nosso trabalho, a enorme importância da inclusão plena, de todas as pessoas, na sociedade e acreditamos que essa não acontecerá alijada da formação de novas competências morais e pedagógicas que ainda não se encontram presentes na capacitação e formação do corpo docente habilitado a lidar com estes novos desafios educacionais das pessoas em condição de deficiência. É importante reconhecer nos processos civilizatórios a constante e permanente mutação da ética nos comportamentos humanos, especialmente quanto a interpretação dos direitos das pessoas em condição de deficiência ou com NEE. Conhecer a nossa história nos revela novos caminhos para a construção de um modelo de sociedade onde a tolerância e a consciência das diferenças, sejam sensíveis à aceitação do outro com mais naturalidade, respeitando as especificidades de cada cultura, de





cada comunidade e de cada singularidade manifesta em cada um de nós, independentemente da nossa diversa corporeidade aparente.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. L. d. A. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1994.
- BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, 2003.
- BRASIL. **Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, 2015.
- BRASIL. **Constituição Federal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?**. São Paulo: Summus Editorial, 2015.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: 5. ed. Atlas, 2003.
- MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- SAVIANI, D. **A política educacional no Brasil**. Histórias e memórias da educação no Brasil. Rio de Janeiro, v. 3, 2005.
- SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004.
- SILVA, R. F.; ARAÚJO, P. F. de. **Os caminhos da pesquisa em atividade motora adaptada**. São Paulo: Phorte, 2012.
- SILVA, R. F.; SEABRA JÚNIOR, L.; ARAÚJO, P. F. de. **Educação física adaptada no Brasil: Da história à inclusão educacional**. São Paulo: Phorte Editora, 2008

